

Recrutamento e Modalidades de Entrada na Carreira Política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998 – 2006)¹

Rodrigo da Rosa Bordignon²

Resumo

O presente trabalho é resultante do aproveitamento parcial de uma pesquisa³ realizada anteriormente, centrada no problema geral das relações entre a estrutura do espaço social e do espaço político, e seus efeitos para as chances e modalidades de entrada na política. A análise proposta dedica-se ao exame das relações entre recursos sociais, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral. O objetivo central é apreender o modo através do qual se definem as oposições que constituem o espaço de concorrência eleitoral no contexto em análise. Para isso, foram utilizadas informações coletadas junto ao TRE-RS, as quais foram confrontadas aos modos de justificação do ingresso na disputa por cargos de representação política. As principais indicações apontam para uma associação entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral.

Palavras-chave: Recrutamento. Entrada na política. Recursos sociais. Partidos. Representação política.

Introdução

As diferentes possibilidades e modalidades de ingresso em eleições gerais para a disputa de sufrágios estão associadas a dois fenômenos interdependentes. Em primeiro lugar, a objetivação da concorrência eleitoral como uma atividade específica, a qual impõe seus requisitos de entrada e mecanismos de reprodução e tem efeitos significativos nas interações entre agentes sociais

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 36º Encontro Anual da Anpocs, GT 16 – Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder. Agradeço aos comentários de Igor Grill, Ernesto Seidl e Mário Grynszpan.

2 Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: rrbordignon@hotmail.com.

3 Intitulada Recursos sociais e modalidades de entrada na política: recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006 (BORDIGNON, 2011).

e esta esfera de atividades especializadas. Em segundo lugar, por se tratar de uma modalidade de atuação cujo objetivo é o reconhecimento e sua conversibilidade em votos, a ambivalência da função de representação frente à esfera política supõe a manipulação de princípios de classificação social e a demonstração pelo “exemplo”. Isso significa que a constituição e reprodução da “política” como um “campo” de lutas estão associadas a conjunturas históricas e sociais particulares, dependentes da existência objetiva de uma “dimensão específica da vida social” (LAGROYE, 1993, p. 33), a qual produz e reproduz as próprias representações de sua especificidade e “dinâmica”. Nestes termos, como já demonstrado por outros estudos, os processos históricos e sociais que estão na base do surgimento do “empreendedor político” como agente dotado de um conjunto de recursos, “atributos” e “competências” necessárias à inserção em um espaço de atividades especializadas, dependem das condições de garantia e de legitimação do exercício deste “papel” social e de sua objetivação como prática social legítima (DAMAMME, 1999; DÉLOYE, 1999; PHELIPPEAU, 1997; WEBER, 1982).

Nas lutas político-eleitorais, portanto, os recursos sociais ostentados pelos perfis biográficos dos agentes em concorrência são, ao mesmo tempo, indicadores de recrutamento e seleção de “elites” e princípios de legitimação, os quais se conectam aos domínios práticos que constituem as relações entre legitimidade social e legitimidade política (GAXIE, 1990). Isso ocorre porque a luta pela ocupação dos postos de representação política consiste em manipular e evidenciar determinados princípios de hierarquização e excelência social. Em vista disso, um dos desafios metodológicos é o de tomar as informações presentes nos registros oficiais, nos perfis e currículos dos candidatos sob um duplo registro: 1) como produções situadas, as quais informam sobre os atributos que remetem a determinadas concepções de “sociedade”, “política” e “hierarquias”; 2) como indicadores de trajeto e recursos de posição social que evidenciam as relações entre a estrutura do espaço social e aquela do espaço político. Como salienta Coradini (2001, p. 9), os recursos ostentados ou silenciados nas biografias retomam as concepções de sociedade e política inscritas na dinâmica de concorrência eleitoral e, notadamente, as “características sociais tidas como eleitoralmente pertinentes” em determinados contextos de disputa. Trata-se de considerar, portanto, as lógicas e razões de produção e divulgação de materiais biográficos, bem como seus efeitos para a produção

e reforço das imagens e símbolos social e historicamente constituídos relativamente aos conflitos político-eleitorais. Sendo assim, as definições categoriais, atributos e espaços de atuação expostos nas fichas de candidaturas e nos demais materiais destinados à publicação e divulgação remetem tanto aos esquemas práticos de classificação social, quando ao espaço de posições e disputas político-eleitorais, mobilizando “uma série de transações entre diversas representações da realidade social” (MERLLIÉ, 1998, p. 163).

O conjunto dessas proposições conecta-se aos processos de “entrada na política”, os quais implicam modalidades de investimento e estratégias que exigem a adaptação aos constrangimentos estruturais do *métier* político historicamente delimitado (OFFERLÉ, 1996, p. 3). Colocando de outro modo, se o acesso aos cargos de representação política depende diretamente da legitimação eleitoral frente aos concorrentes e aos eleitores, a produção e divulgação dos perfis dos candidatos obedecem a uma lógica relacional. Significa que a menção (ou não) acerca de determinados “atributos” ou “qualidades” pessoais indica tanto uma adesão aos princípios estruturantes e eleitoralmente pertinentes em determinadas conjunturas históricas quanto a manipulação de princípios de legitimação com vistas ao reconhecimento e às pretensões de sucesso eleitoral. Em termos metodológicos, os perfis biográficos, as informações sociodemográficas e os currículos dos candidatos aproximam-se daquilo que Agrikoliansky (1994) definiu como “biografias de instituição”: um conjunto de produções que derivam tanto das estratégias de recrutamento e reprodução das “empresas políticas”, quanto das identidades individuais e das “causas” presentes nos itinerários dos agentes (p. 94). O principal motivo desse fenômeno é que, como parece evidente, a delegação como fundamento da representação política realiza-se nas operações de crédito que a tornam possível e aceitável.

A partir disso, o presente texto dedica-se ao exame das relações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral. Para isso, centra-se em um material empírico específico, o qual permite levantar hipóteses relevantes à complexificação das análises de recrutamento político no Brasil. A estratégia adotada visa, única e exclusivamente, a apreender os pontos de saída apresentados como prévios à participação nas disputas político-eleitorais na condição de candidato, salientando a relação

disso com a estruturação do espaço de concorrência eleitoral e com as posições sociais dos candidatos. Em termos gerais, o que se pretende é informar algo sobre os princípios de legitimação e de hierarquização social que estão na base da concorrência pelos cargos de representação política. O esforço direciona-se, portanto, para a apreensão dos recursos que fundamentam o ingresso nas lutas pela ocupação de posições dirigentes, evidenciando o domínio prático de uma dimensão específica de atividades que impõem seus critérios de “entrada” e reprodução.

Definição de indicadores, escolhas metodológicas e técnicas de análise

A análise engloba os candidatos aos cargos de deputado federal e estadual no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. Na construção da base de dados, foram utilizados dois tipos de informações: 1) aquelas organizadas a partir do exame dos registros de candidatura arquivados no TRE-RS, as quais permitem definir indicadores referentes ao ano da eleição, aos cargos em disputa, à filiação partidária, ao sexo, à idade, ao estado civil, à titulação escolar, à ocupação de origem, ao tempo de filiação partidária e ao montante do patrimônio declarado; 2) um conjunto de informações coletadas e sistematizadas com o objetivo de recompor os trajetos dos candidatos das três eleições em pauta, obtidas a partir de consultas às páginas pessoais, notas em jornais/revistas de circulação estadual ou regional, ao Memorial do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a *sites* de entidades categoriais, da Câmara Federal, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de Câmaras Municipais, e pesquisa em *sites* de busca.

Os candidatos sobre os quais se dispõem de informações biográficas completas representam 40,51% do total dos 1.565 diferentes candidatos que disputaram as eleições em análise. A opção por excluir os casos repetidos associa-se às escolhas metodológicas, em especial, à consideração da “entrada na política” como ponto da trajetória que se define pela posição imediatamente anterior ao investimento na condição de candidato. Isso implica considerar os diferentes perfis biográficos e as trajetórias que conduzem ao ingresso na política eleitoral, especificando suas relações com os recursos sociais e políticos. Como se pode notar (Tabela 1), há uma sub-representação do pleito eleitoral

de 2002, a qual é decorrente dos procedimentos de filtragem adotados. Os candidatos repetidos foram excluídos a partir do critério da primeira eleição em que participaram, considerando os pleitos eleitorais em análise. Ao optar pela exclusão dos candidatos repetidos, buscou-se, também, não privilegiar aqueles que saem vitoriosos na concorrência eleitoral, sobre os quais as informações biográficas são muito mais vastas e completas. De tal modo, 27,1% dos 634 agentes que compõem a base de dados obtiveram sucesso na conquista de uma cadeira legislativa em âmbito estadual ou nacional.

Tabela 1 – Candidatos e informações biográficas disponíveis

	Nºtotal de candidatos	Nº de candidatos com informações biográficas completas	% de candidatos com informações biográficas completas
1998	604	266	44
2002	659	81	12,3
2006	765	287	37,51

Fonte: Elaborada pelo autor.

Entre o conjunto de informações sociodemográficas coletadas no TRE-RS, foram utilizados como indicadores de posição social as categorias socioprofissionais de origem⁴, a escolaridade e o montante de patrimônio declarado. Na definição dos indicadores provenientes dos currículos e perfis dos candidatos, as “posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente” (BOURDIEU, 2005, p. 81) são tomadas tanto como princípio metodológico destinado à especificação dos processos de recrutamento e seleção de “elites”, quanto como bases de adesão e de legitimação das pretensões frente aos eleitores e concorrentes. O confronto entre as construções biográficas, os indicadores sociodemográficos e as posições partidárias dos candidatos conecta-se à hipótese da existência de um condicionamento mútuo entre as bases sociais, vinculações partidárias e estratégias de apresentação de si. Nesse sentido, os

4 Considerando a diversidade de ocupações declaradas pelos candidatos nos pleitos em análise, respectivamente 102, 113 e 74, estas foram agrupadas em 13 categorias: Advogados, Agricultores, Pecuaristas; Comerciantes; Empresários, Engenheiros; Funcionários e Trabalhadores em geral; Médicos; Militares; Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão; Outros ou em ocupações mal definidas; Outros profissionais com titulação universitária; Professores de Ensino Fundamental e Médio. A classificação e agregação das categorias fundamentaram-se em três critérios: 1) competência técnica requerida; 2) similaridade de atividades; 3) divisão social do trabalho.

trajetos entram como possibilidades de apreensão dos princípios de mobilização e evidenciação de determinados recursos e percursos legítimos, os quais se definem frente às clivagens políticas historicamente constituídas.

O procedimento para definição das modalidades de “entrada na política” obedeceu a níveis de exclusividade, cuja prioridade é dada sempre para a apreensão do ponto da trajetória apresentado como prévio ao lançamento da candidatura. Não sendo possível identificá-lo, utilizou-se a justificativa dada para o engajamento na concorrência eleitoral na condição de candidato. Por conseguinte, a qualificação dos modos de “entrada na política” toma como pressuposto que tanto as “produções biográficas” – definidas como currículos dos candidatos ou fontes de informações diversas – quanto as justificativas para as pretensões eleitorais são tomadas de posição que se definem relativamente ao conjunto dos recursos que compõem as biografias e configuram as estratégias com vistas à participação eleitoral. As informações referentes às modalidades de “entrada na política” devem ser tomadas, então, sob um duplo registro, visto indicarem, ao mesmo tempo, as posições e esferas de inserção social prévias à atuação como candidato, e as estratégias de carreira. Isso ocorre porque não somente as justificativas para as pretensões eleitorais mas também as posições no trajeto definidas com base em “produções biográficas” – situadas relacionalmente frente às posições político-partidárias concorrentes – constituem-se como uma objetivação empírica de um ponto no espaço dos possíveis, e devem ser tomadas enquanto tais.

Desse modo, a apreensão das modalidades de “entrada na política” a partir de produções biográficas resultantes do encontro entre agentes sociais detentores de recursos específicos e de partidos, eles mesmos definidores de símbolos e posições políticas, deixam evidentes os próprios recursos, princípios de legitimação e hierarquização social presentes na concorrência eleitoral. Além disso, as modalidades de entrada na política são indicativas do processo de constituição e acúmulo de capital político pelos agentes interessados nos pleitos eleitorais. Em outros termos, indicam os investimentos realizados e as estratégias acionadas em função dos processos de constituição do reconhecimento passível de ser reconvertido em sufrágios. Assim, o jogo entre as estratégias de apresentação e as posições político-partidárias coloca em pauta as diferentes operações de crédito que estão presentes no processo de inserção e atuação na concorrência pelos cargos de representação política. Nesse processo, a composição do conjunto de atributos que definem as relações entre

agentes sociais e a política ganha sentido, pois engloba as tomadas de posição frente à disputa eleitoral e os recursos sociais utilizados para tanto. Afinal, as próprias condições e usos de determinadas relações com a “política” dependem da posse do conjunto de recursos sociais que são a condição de garantia da legitimidade de tais associações.

O conjunto de dados coletados foi padronizado em 11 modalidades de entrada na política (Tabela 2). A distribuição de casos é heterogênea, no entanto, a opção por esta divisão conecta-se a determinados padrões de relação entre modalidades de entrada na política e recursos de posição social. Dentre as definidas pelo presente estudo, algumas merecem uma melhor especificação, tais como aquelas denominadas *causas*, *ocupação* e *atuação partidária*. A definição da primeira está diretamente associada às estratégias de legitimação da inserção nas disputas eleitorais como candidato, ou seja, foram classificados na categoria de *causas* sempre, e na medida em que não foi possível definir com precisão o ponto de saída dos trajetos e as informações obtidas estavam assentadas em determinados motivos/justificativas para a candidatura. A modalidade *ocupação* refere-se ao caso dos candidatos que definem sua condição ocupacional de origem como ponto de partida para a inserção nas disputas eleitorais. Aquela denominada *atuação partidária*, indica os candidatos que apresentam uma série de cargos ocupados na estrutura interna dos partidos políticos, as quais são imediatamente identificadas como anteriores ao lançamento da candidatura.

Tabela 2 – Modalidades de “entrada na política”

	Número de casos	%
Atuação em Atividades/Organizações Religiosas	22	3,5
Atuação em Movimentos Sociais ou Entidades Associativas	83	13,1
Atuação Partidária	39	6,2
Causas	25	3,9
Proprietário ou Atuação no Setor Privado	15	2,4
Dirigente Sindical ou de Entidade Associativa	88	13,9
Fundador de Entidade Associativa, Filantrópica ou Assemelhada	29	4,6
Atuação em Atividades Artísticas, Culturais ou Esportivas	48	7,6
Ocupação	100	15,8
Ocupante de Cargo Público	144	22,7
Relações de Parentesco ou Aliança	41	6,5
Total	634	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir do objetivo de tomar a estrutura de relações subjacente às relações entre posição social, partidos políticos⁵ e modalidades de entrada na política, foi conduzida uma análise de correspondências múltiplas (ACM). Isso permite definir o lugar geométrico das posições a partir das quais é possível perceber as aproximações e os afastamentos que constituem o espaço da concorrência pelos cargos de representação política. Enquanto procedimento multivariado, cuja vantagem principal é a classificação dos agentes a partir de múltiplos critérios, permite romper com a linearidade que tende a associar a estrutura do espaço social e do político, enfatizando os microelementos que diferenciam as trajetórias e perfis de candidatos.

Em termos gerais, a ACM é técnica que constitui “um elemento entre outros”, destinada a clarificar a complexidade das dimensões que configuram um universo social específico (DESROSIÈRES, 2001). Desse modo, “[...] coloca em evidência a estrutura de posições ou, o que significa a mesma coisa, a estrutura da distribuição dos poderes e dos interesses específicos”, a partir da qual se definem as estratégias dos agentes em concorrência (BOURDIEU, 2003, p. 128). A perspectiva relacional, dessa forma, tende a acentuar o “efeito de estrutura” a partir do qual o conjunto de variáveis que compõem o universo em definição somente tem sentido na e pela relação, ou seja, a modificação na base de definição deste espaço modifica, também, as posições relativas do conjunto das categorias e agentes que o compõem (DUVAL, 2014).

A partir disso, o que se pretende é explicitar os recursos, as esferas de inserção social e os princípios de legitimação que vão ser o produto e, ao mesmo tempo, produzir os princípios de divisão e de relação entre determinadas modalidades de recursos, partidos políticos e a concorrência pela divisão do trabalho de representação política. Com base nisso, trata-se de levar a sério o exame dos pontos de partida apresentados como prévios ao ingresso no espaço de concorrência eleitoral, de modo a apreender as relações destes com as diferentes chances de engajamento em posições político-partidárias específicas, colocando em pauta a produção, a legitimação e a objetivação de imagens e símbolos de referência política. O esforço está em definir, portanto, a estrutura geral de relações entre recursos de posição social, posições partidárias e modalidades de entrada na concorrência pelos cargos públicos eleitoralmente em disputa.

5 Foram considerados somente os partidos políticos cujos candidatos perfazem mais de 3% do total da população em análise, os demais foram agrupados de acordo com as oposições direita, esquerda e indefinidos. Os critérios para classificação foram embasados em Carreirão (2006).

Recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na política

As modalidades de entrada na política se definem pela relação que estabelecem com determinados recursos de posição social, assim como por sua interação com o espaço de concorrência eleitoral, no qual se estruturam os embates pelo “monopólio de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU 2007a, p. 185). A partir disso, colocam-se em evidência as diferentes formas de aquisição e acúmulo de espécies de “capital político” (BOURDIEU, 2007a; GAXIE; OFFERLÉ, 1985), as quais presidem as diferentes estratégias eleitorais e chances de sucesso. Além disso, na medida em que se toma como pressuposto que as formas de autoapresentação, as justificativas e pontos de partida proclamados como razões pelas quais se investe na concorrência eleitoral dependem das disposições individuais e das percepções práticas do espaço dos possíveis, definidos relativamente a estrutura da oferta de candidaturas, coloca-se em evidência o problema da construção social da “política” (LACROIX, 1985). Em outros termos, os modos de relação com a política variam relativamente às posições na estrutura social.

A variabilidade das formas de segmentação da população em análise, cuja dinâmica pode ser visualizada a partir de microfatores que expressam as posições diferenciais, as clivagens internas às categorias socioprofissionais e suas relações com a estrutura do espaço de concorrência eleitoral, dependem da contribuição que as diferentes variáveis em pauta emprestam à constituição dos eixos fatoriais. Isso significa que as principais oposições e seus determinantes colocam em pauta as lógicas de diferenciação que configuram as relações entre bases sociais e partidos políticos, indicando as relações de homologia entre o espaço social e o político.

Considerando o espaço em duas dimensões representado pelo Gráfico 1, o primeiro eixo fatorial se define pela relação entre escolarização e categorias socioprofissionais de origem (67% de contribuição), ou seja, coloca de um lado os candidatos cujas classificações ocupacionais prévias têm sua caução de legitimidade na posse de títulos escolares; e de outro, aqueles cujas ocupações prescindem destes atributos. Logo, está em pauta a constituição de um polo escolarmente dominante, em contraposição ao outro, dominado. No sistema de oposições constituído, intervém uma série de atributos que distinguem as clivagens sociais, as espécies de capital político e as hierarquias internas ao espaço de concorrência eleitoral.

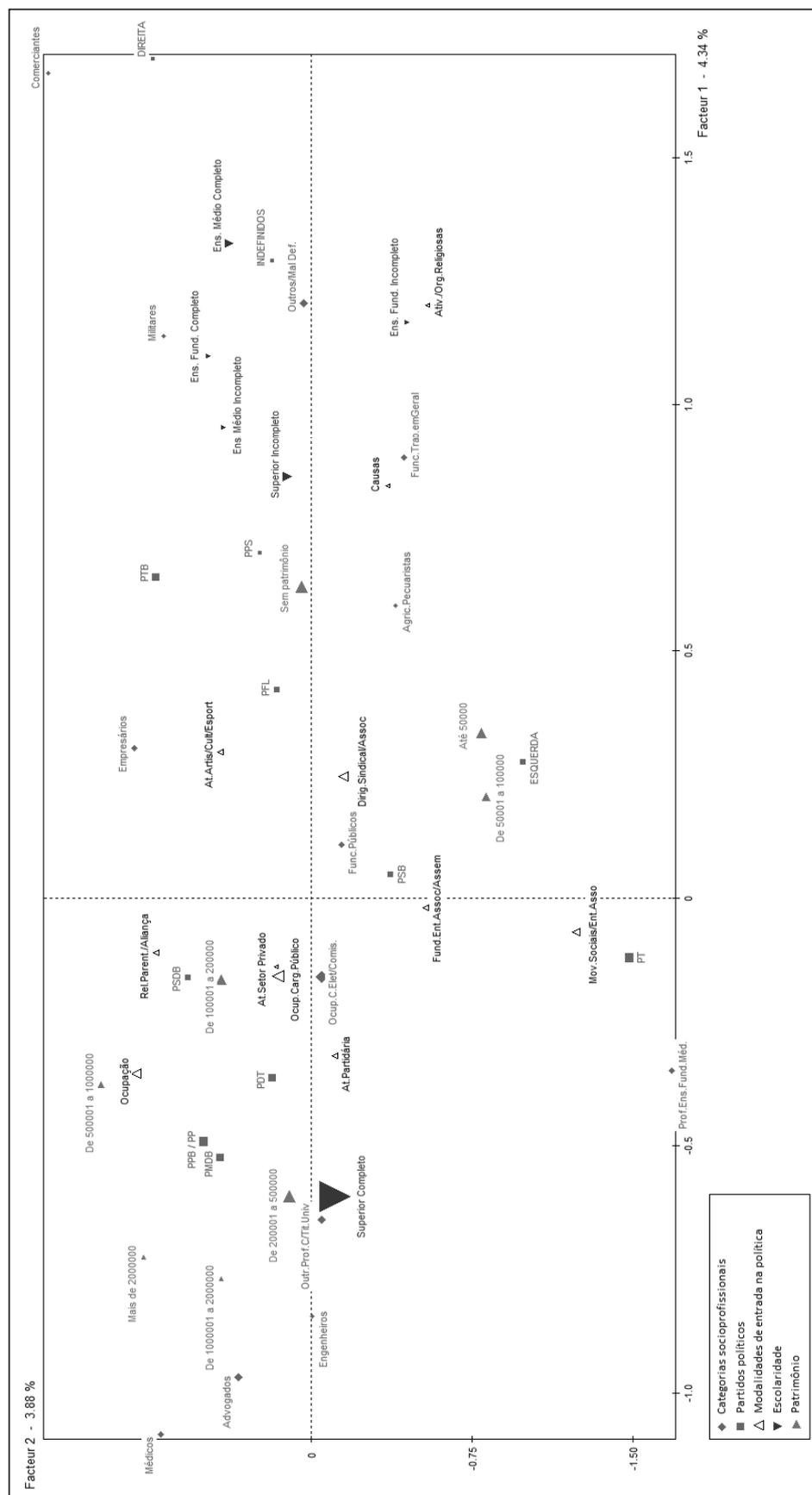


Gráfico 1 – Plano fatorial: projeção de modalidades ativas⁶ (Eixos 1 e 2)

Fonte: Elaborado pelo autor.

6 Para especificações, ver anexo estatístico.

Tabela 3 – Fatores, variáveis, modalidades e contribuições

Fator I					
+			-		
Variável	Modalidade	Contribuição	Variável	Modalidade	Contribuição
Patrimônio	Sem patrimônio	4,7%	Patrimônio	De 200.001 a 500.000	3,8%
Modalidade de entrada na política	Atuação em atividades ou Organizações religiosas	2,6%	Escolarização	Ensino Superior completo	12,1%
Escolarização	Ensino Fundamental incompleto	2,9%	Partidos	PPB/PP	1,95%
Escolarização	Ensino Fundamental Completo	2,3%	Categorias socioprofissionais	Advogados	5,3%
Escolarização	Ensino Médio completo	9,7%	Categorias socioprofissionais	Médicos	3,3%
Escolarização	Ensino Superior incompleto	5,6%	Categorias socioprofissionais	Outros profissionais com titulação universitária	2,3%
Partidos	PTB	2,6%			
Partidos	Direita	5,4%			
Categorias socioprofissionais	Comerciantes	5,3%			
Categorias socioprofissionais	Funcionários e trabalhadores em geral	2,2%			
Categorias socioprofissionais	Militares	3,3%			
Categorias socioprofissionais	Outros ou em ocupações mal definidas	9,5%			

Fator 2					
+			-		
Variável	Modalidade	Contribuição	Variável	Modalidade	Contribuição
Patrimônio	De 500.001 a 1.000.000	4,88%	Patrimônio	Até 50.000	6,2%
Patrimônio	De 100.001 a 200.000	1,7%	Patrimônio	De 50.001 a 100.000	3,9%
Modalidade de entrada na política	Ocupação	6,1%	Modalidade de entrada na política	Atuação em movimentos sociais ou entidades associativas	11,7%
Modalidade de entrada na política	Relações de parentesco ou aliança	2%	Partidos	PT	20,7%
Partidos	PPB/PP	2,3%	Partidos	Esquerda	3,7%
Partidos	PTB	3,5%	Categorias socioprofissionais	Professores de Ensino Fundamental e Médio	12,1%
Categorias socioprofissionais	Comerciantes	3,2%			

Fonte: Elaborada pelo autor.

No polo escolarmente dominante, marcado pelos candidatos com Ensino Superior completo, situam-se os médicos, advogados e outros profissionais com titulação universitária. No outro extremo, encontram-se os comerciantes, funcionários e trabalhadores em geral, militares e outros ou em ocupações mal definidas, associados de modo distinto aos diversos níveis de escolarização mais baixos que o Ensino Superior completo. No caso dos comerciantes, ocorre uma relação mais direta com o Ensino Fundamental incompleto (26,1% contra 4,1% do conjunto do universo), com o Ensino Médio incompleto (13% contra 3,3% do conjunto do universo), e com o Ensino Médio completo (30,4% contra 10,3% do conjunto do universo), enquanto para funcionários e trabalhadores em geral e os outros ou em ocupações mal definidas, há maior associação com o Ensino Fundamental completo (11,8% e 10,1% contra 3,6% do conjunto do universo, respectivamente), com o Ensino Médio completo (20,6% e 17,7% contra 10,3% do conjunto do universo, respectivamente), e com o Ensino Superior incompleto (29,4% e 31,6% contra 14,7% do conjunto do universo, respectivamente). Para os militares, é significativa somente a associação com o Ensino Médio completo (47,4% contra 10,3% do conjunto do universo).

Igualmente, na oposição que caracteriza o primeiro eixo fatorial, intervéem o patrimônio declarado dos candidatos, colocando no polo escolarmente dominante aqueles com montantes que variam entre 200.001 e 500.000 reais, e no escolarmente dominado os que declaram não possuir patrimônio. O interessante nas oposições que compõem o primeiro eixo fatorial é que estas expressam uma diferenciação entre os partidos que se posicionam à direita do espectro político-ideológico. Enquanto no polo dominante se situa o PPB/PP, no dominado é evidente que ocorre uma série de clivagens sociais, caracterizada especialmente pela escolarização dos candidatos, a qual se transfigura para a diferenciação entre partidos políticos. Situam-se, neste último, o PTB e os partidos agrupados como de direita⁷, o primeiro mais associado aos comerciantes (12,7% contra 3,6% do conjunto do universo), o segundo aos outros ou em ocupações mal definidas (28,6% contra 12,5% do conjunto do universo), e aos militares (14,3% contra 3% do conjunto do universo).

7 PL, PRONA, PSC, PSDC, PSL.

Em termos gerais, o sistema de associações entre variáveis coloca em evidência uma diferenciação de perfil de candidatos que se lançam aos pleitos eleitorais via partidos caracterizados como de direita. Mas, para além dos indicadores de posição em suas relações com os partidos políticos, entram em pauta, também, as distintas modalidades de acumulação de capital político. Em se tratando do polo escolarmente dominante, o conjunto dos atributos que sustenta as posições tornam-nas relativamente autônomas frente às modalidades de entrada, as quais não têm peso significativo na configuração das trajetórias dos candidatos. Isso se conecta ao processo de afirmação e objetivação histórica das diferentes categorias ocupacionais (no caso brasileiro) e à relação dos diplomas de medicina e direito com posições socialmente dominantes. No polo dominado do eixo do primeiro fator, há uma relação mais significativa com a espécie de capital político delegado, particularmente associado à entrada via atuação em atividades e/ou organizações religiosas. Isso fica evidente nas relações entre estratégias de investimento eleitoral de “empresas” de “administração de bens de salvação” (WEBER, 2004, p. 369) e formas de lançamento de candidaturas, notadamente de igrejas pentecostais, em que a marca da instituição confere uma “densidade simbólica” aos seus portadores (ORO, 2003, p. 98).

As dinâmicas e hierarquias sociais, assim como os modos de acumulação de capital político, se refletem significativamente nas chances e estratégias eleitorais dos candidatos. No caso do polo dominante do eixo do primeiro fator, ocorre uma associação mais significativa com aqueles que são eleitos, e que dispõem de um investimento mais longo junto aos partidos políticos (mais de dez anos de filiação). Além disso, trata-se de agentes com histórico de participações em eleições municipais ou gerais prévias, obtendo sucesso com mais frequência nas últimas. Ao contrário, os candidatos que se situam no extremo oposto deste eixo não são eleitos, tem investimento partidário de cinco anos ou menos, e participação em eleições municipais e gerais anteriores, mas sem histórico de sucesso. Em termos estruturais, a primeira dimensão – definida pelo eixo do primeiro fator – coloca em relação de homologia a estrutura do espaço social e a do espaço de concorrência eleitoral, cujas posições de destaque são do PTB e dos partidos de direita, no polo escolarmente dominado, e do PPB/PP, no dominante.

Ao contrário do primeiro eixo fatorial, no qual as contribuições mais significativas ficam a cargo das categorias socioprofissionais e da escolarização, no segundo eixo há uma predominância dos partidos políticos na caracterização das oposições (35,2%), a qual é mediada por uma contribuição significativa das modalidades de entrada na política (22,8%) e das categorias socioprofissionais de origem dos candidatos (21,1%). Considerando a participação do montante de patrimônio declarado para a composição do segundo fatos (18%), observa-se que 97,1% dos posicionamentos em pauta estão definidos com base nestas variáveis. Além disso, a combinação das classificações ocupacionais com o patrimônio declarado pelos candidatos indica um corte de classe mais evidente, o que vai se traduzir em uma clivagem político-ideológica, colocando em suspenso os aspectos ligados mais diretamente às diferentes chances de sucesso eleitoral.

Sociologicamente, a segunda dimensão que estrutura esse espaço diferencia um polo economicamente dominante – com montantes de patrimônio que superam os quinhentos mil reais – de um economicamente dominado, cujos candidatos declaram possuir 100 mil reais ou menos de patrimônio. Em homologia, estão as posições do PPB/PP e do PMDB, no polo dominante; e do PT e dos outros partidos agrupados como de esquerda⁸, no dominado. De modo mais direto, ocorre uma relação mais evidente do PPB/PP e do PMDB com montantes de patrimônio que variam entre 500.001 e 1.000.000 de reais (14,3% e 16,2% contra 8,7% do conjunto do universo, respectivamente), e entre 1.000.001 e 2.000.000 de reais (7,1% e 7,5% contra 3% do conjunto do universo, respectivamente). Ao contrário, especialmente no caso do PT, a relação é mais significativa com os candidatos que declaram possuir até 50.000 reais em patrimônio (28,7% contra 16,9% do conjunto do universo), e os que possuem entre 50.001 e 100.000 reais (17,8% contra 9,9% do conjunto do universo).

Igualmente associado ao polo dominante deste eixo encontra-se o PTB. Isso ocorre em razão de um segmento específico dos comerciantes que lançaram candidatura pela sigla, fortemente ancorados em montantes de patrimônio superiores aos 500 mil reais. Prestar atenção nas segmentações internas

8 PC do B, PCO, PSTU, PCB, PMN, PSOL, PV.

às categorias socioprofissionais ajuda a romper com perspectivas homogeneizantes, ou que buscam isolar os efeitos de estrutura, apresentando relações de linearidade entre classificações ocupacionais e partidos políticos. Igualmente, o tratamento multivariado contribui para o avanço em direção a algumas problematizações fundamentais nas análises de recrutamento político: os candidatos de uma determinada ocupação que se lançam à disputa eleitoral pelo “partido X”, dispõem das mesmas trajetórias daqueles com a mesma classificação ocupacional que saem candidatos pelo partido Y? Como indicado anteriormente, se no primeiro eixo fatorial, a posição do PTB está no extremo oposto daquela do PPB/PP, notadamente por conta dos recursos escolares dos candidatos dos dois partidos, aqui elas apresentam similaridades em decorrência dos recursos econômicos.

No caso do polo economicamente dominado, ocorre uma relação mais direta com os professores de Ensino Fundamental e Médio, fortemente ligados ao PT e aos demais partidos de esquerda (17,8% e 19% contra 7,3% do conjunto do universo, respectivamente). A estrutura de oposições torna-se mais específica na medida em que interveem as modalidades de entrada na política e, em especial, suas relações com os partidos que definem as principais posições em confronto. Em termos gerais, há uma diferenciação entre os que têm suas formas de legitimação de candidaturas associadas à ocupação ou às relações de parentesco ou aliança, fortemente atrelados ao polo dominante; e aqueles que têm suas trajetórias marcadas pela atuação em movimentos sociais e/ou entidades associativas, situados no polo dominado. No caso dos candidatos com entrada via ocupação, ocorre uma vinculação mais significativa com o PPB/PP (23,5% contra 15,8% do conjunto do universo). É interessante notar que a reivindicação do reconhecimento associado ao sucesso profissional ou a posse de um título socialmente reconhecido, ao qual se vincula o acionamento da categoria socioprofissional de origem como forma de legitimação frente ao espaço de concorrência eleitoral, depende dos recursos objetivamente ostentados pelas biografias. Isso implica diferentes trajetórias que conduzem à condição de candidato, ambas vinculadas ao PPB/PP: os médicos e os comerciantes que ingressam via ocupação. Igualmente associados ao polo dominante, estão os candidatos para os quais o “vínculo de parentesco” funciona como “uma fonte de crédito de notoriedade pessoal” (GRILL, 2003, p. 41). Neste caso, ocorre uma relação mais direta com o PMDB (11,2% contra 6,5% do

conjunto do universo), e com o PTB (12,7% contra 6,5% do conjunto do universo).

No que se refere aos candidatos com vínculos com movimentos sociais e/ou entidades associativas, situam-se majoritariamente no PT (30,7% contra 13,1% do conjunto do universo). Considerando as bases sociais que constituem a posição desse partido no segundo eixo fatorial, as relações entre professores de Ensino Fundamental e Médio e os percursos que conduzem aos pleitos eleitorais via associações de representação de interesses, denotam as relações historicamente constituídas. A constituição de lideranças via sindicalismo e suas pretensões de transfiguração em reconhecimento eleitoral representam o acúmulo de “capital político associativo”, produto da atuação em atividades de representação e mobilização de interesses (GAXIE; OFFERLÉ, 1985, p. 106-114). As correlações entre recursos de posição social, pontos da trajetória prévios ao ingresso em eleições na condição de candidato e os partidos políticos, eles mesmos produtores de símbolos de referência política e social, apontam para a necessidade de levar a sério o problema da conexão entre “fluxos” mais gerais que definem a estrutura de relações sociais e as biografias individuais (PASSERON, 1990), produto de um conjunto de constrangimentos e escolhas que se definem frente ao horizonte dos possíveis diferencialmente distribuídos (BOURDIEU, 2007b).

A variação das posições que definem as clivagens no espaço de concorrência eleitoral depende diretamente das contribuições específicas que as variáveis e suas modalidades emprestam à composição dos eixos fatoriais. Assim, a consideração do terceiro e quarto eixo fatoriais (Gráfico 2) especifica a multiplicidade de dinâmicas que configuram as relações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na política. No terceiro eixo fatorial, estão em pauta as relações entre bases sociais e modos de aquisição de capital político, tendo em vista o peso específico das categorias socioprofissionais e das modalidades de entrada na política (59,7% de contribuição), relações mediadas pela distribuição desigual de recursos escolares entre os candidatos (17,7% de contribuição). Em termos gerais, dois princípios de diferenciação operam na composição do terceiro eixo fatorial. Um deles relaciona-se à oposição entre espécies de capital político; o outro evidencia os diferentes modos de aquisição de capital político a título pessoal, firmado pela posse de “notoriedade”

ou “popularidade” – atributos advindos de um “nome”, uma “reputação” ou do reconhecimento de determinadas qualidades específicas (BOURDIEU, 2007a, p. 190-191).

Considerando o primeiro princípio de divisão, em um polo encontram-se os candidatos com entrada na política via ocupação de cargos de direção nos partidos políticos, ou seja, suas posições conectam-se à delegação ou investidura de um capital político coletivo – enquanto mandatários de uma instituição. Neste caso, tratam-se daqueles que já ocupam cargos públicos eletivos ou por comissão, fortemente associados à entrada via atuação partidária (11,1% contra 6,2% do conjunto do universo). No interior deste polo, encontram-se, também, os candidatos que buscam a legitimação de suas pretensões eleitorais através da ocupação prévia de cargos públicos em diversos níveis, acionando uma espécie de “carisma de cargo”, ou seja, a crença em uma “agraciação” conferida por determinada instituição (WEBER, 2004, p. 348). Igualmente relacionados a este polo, estão os candidatos com “entrada na política” via atuação no setor privado ou a condição de proprietários, e aqueles com ingresso via fundação de entidades associativas ou assemelhadas. No primeiro caso, tratam-se daqueles que buscam a reconversão de qualidades ligadas ao sucesso econômico para a esfera da política, ou seja, as competências derivadas da gestão dos negócios privados são tomadas como um indicativo da competência para a gestão dos recursos públicos. Em contrapartida, os “fundadores” conectam-se às operações de crédito próprias aos atos inaugurais de agentes que se constituem como “lideranças” em determinados espaços de atividades.

No que tange às bases sociais desses candidatos, a posição mais extrema é marcada pelos agricultores e pecuaristas, associados de modo mais intenso aos que ingressam via setor privado ou devido à condição de proprietário (21,4% contra 2,4% do conjunto do universo), e aqueles que são fundadores de entidades associativas ou assemelhadas (14,3% contra 4,3% do conjunto do universo). Também associados à entrada via setor privado ou à condição de proprietário, estão os empresários (13,8% contra 2,4% do conjunto do universo). Em termos globais, há uma relação bastante significativa entre os “fundadores” e o Ensino Fundamental incompleto, o que define um segmento específico no interior dos agricultores e pecuaristas. O mesmo ocorre entre os empresários; neste caso, mais diretamente associados ao Ensino Médio incompleto, porém com patrimônios não elevados, normalmente na faixa dos

50.001 e 100.000 reais. De modo geral, duas dimensões se configuram nesse polo do terceiro fator, uma mais conectada ao “público”, e outra ao “privado” e lógicas de atuação conexas, particularmente associadas particularmente decorrentes de ações filantrópicas e “clubísticas”.

No extremo oposto desse eixo, encontram-se candidatos que reivindicam o reconhecimento eleitoral através das atividades “profissionais” exercidas pré-entrada na política, ou seja, enquadram-se naqueles que ingressam via ocupação. Situam-se neste polo candidatos relacionados a distintas bases sociais; porém, todas associadas ao setor público. De um lado, encontram-se os candidatos classificados como militares: aqueles que se apresentam às eleições calcados em carreiras constituídas no interior das polícias – civil ou militar –, ou do exército; de outro lado, encontram-se os funcionários públicos. No caso destes últimos, o que define sua posição é menos a associação com a entrada via ocupação e mais o efeito de distanciamento relativamente aos candidatos agricultores e pecuaristas, e os empresários. Ou seja, configura-se uma clivagem setorial, o que apresenta determinadas homologias com as composições dos partidos em disputa.

Considerando o polo no qual se situam os ocupantes de cargo público, ocorre uma associação significativa destes com o PDT (34,8% contra 22,4% do conjunto do universo), em contraposição, estão os militares, proporcionalmente significativos nos partidos de direita (14,3% contra 3% do conjunto do universo), e os funcionários públicos, os quais compõem mais intensamente as bases sociais do PSB (13,5% contra 7,9% do conjunto do universo). O sistema de oposições constituído no eixo do terceiro fator encontra-se em homologia com as chances diferenciais de sucesso eleitoral, com o tempo de dedicação e as estratégias eleitorais dos candidatos. A relação entre determinados recursos de posição social, trajetos e chances eleitorais coloca no polo com maiores chances de eleição, os agricultores e pecuaristas, e os empresários. No geral, são candidatos com longa dedicação aos partidos – mais de 15 anos de filiação –, e com histórico de sucesso eleitoral prévio em nível municipal. Já no caso do polo representado pelos militares, há uma relação bem menos direta com partidos políticos – um ano de filiação –, e normalmente sem histórico de participação eleitoral prévia em nenhum nível de concorrência.

Tabela 4 – Fatores, variáveis, modalidades e contribuições

Fator 3					
+			-		
Variável	Modalidade	Contribuição	Variável	Modalidade	Contribuição
Patrimônio	Sem patrimônio	3,9%	Patrimônio	De 50.001 a 100.000	1,7%
Modalidade de entrada na política	Ocupação	2,7%	Patrimônio	De 200.001 a 500.000	1,9%
Escolarização	Ensino Médio completo	2,5%	Modalidade de entrada na política	Proprietário ou Atuação no setor privado	13%
Partidos	PSB	5,6%	Modalidade de entrada na política	Fundador de entidade associativa ou assemelhada	2,9%
Partidos	Direita	1,8%	Modalidade de entrada na política	Ocupante de cargo público	1,8%
Categorias socioprofissionais	Militares	3,1%	Modalidade de entrada na política	Atuação partidária	1,7%
Categorias socioprofissionais	Funcionários públicos	1,7%	Escolarização	Ensino Fundamental incompleto	6,3%
			Escolarização	Ensino Médio incompleto	6,5%
			Partidos	PDT	1,9%
			Categorias socioprofissionais	Agricultores e pecuaristas	13,2%
			Categorias socioprofissionais	Empresários	5,3%
			Categorias socioprofissionais	Ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão	5,4%

Fator 4					
+			-		
Variável	Modalidade	Contribuição	Variável	Modalidade	Contribuição
Modalidade de entrada na política	Atuação partidária	6,4%	Modalidade de entrada na política	Fundador de entidade associativa ou assemelhada	2,9%
Modalidade de entrada na política	Atuação em atividades artísticas, culturais ou esportivas	2,7%	Escolarização	Ensino Fundamental incompleto	13,5%
Modalidade de entrada na política	Relações de parentesco ou aliança	3,5%	Partidos	PPB/PP	7,8%
Escolarização	Ensino Fundamental completo	1,7%	Categorias socioprofissionais	Agricultores e pecuaristas	11,5%
Escolarização	Ensino Superior incompleto	3,7%	Categorias socioprofissionais	Comerciantes	8,1%
Partidos	PMDB	3,5%	Categorias socioprofissionais	Engenheiros	5,3%
Partidos	PSDB	2,6%			
Partidos	Esquerda	2,8%			
Categorias socioprofissionais	Ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão	3,3%			
Categorias socioprofissionais	Outros ou em ocupações mal definidas	2,4%			

Fonte: Elaborada pelo autor.

As categorias socioprofissionais de origem dos candidatos entram como determinantes na diferenciação no quarto eixo fatorial (34,2% de contribuição). Em grande medida, o *status* significativo que esta variável adquire no conjunto das diferenciações que constituem o espaço de concorrência eleitoral se conecta ao fato que ela “cristaliza relações sistemáticas com outras variáveis” (PINTO, 2009, p. 208), ou seja, engloba uma densidade específica, derivada tanto de sua objetivação histórica e social quanto do conjunto de recursos que a qualificam. No caso do quarto fator, em um polo se situam os agricultores e pecuaristas, comerciantes e engenheiros, mais diretamente associados ao PPB/PP. No outro, encontram-se os ocupantes de cargos eletivos ou por comissão, e os outros ou em ocupações mal definidas, os quais se aproximam do PMDB, do PSDB e dos outros partidos de esquerda.

No caso do polo representado pelo PPB/PP, as clivagens socioprofissionais se refletem em uma relativa homogeneidade no que tange aos montantes de patrimônio declarados, normalmente acima de 1 milhão de reais. As diferenças mais significativas no interior deste polo se refletem nos recursos escolares dos candidatos: os engenheiros têm na posse de títulos de Ensino Superior sua condição de legitimidade profissional; os agricultores e pecuaristas estão mais fortemente associados ao Ensino Fundamental incompleto; os comerciantes, ao superior incompleto. Enquanto classificações que representam posições específicas no espaço econômico, o investimento escolar mais elevado dos comerciantes parece funcionar como uma compensação, tendo em vista que, no caso em pauta, estes representam o polo economicamente dominado relativamente os agricultores e pecuaristas. Como fica evidente, há uma série de microfatores que estruturam as bases sociais deste partido, ou seja, o setor economicamente dominante se divide a partir da posse diferencial de diploma escolar – engenheiros e agricultores e pecuaristas – enquanto o economicamente dominado investe de modo mais direto em escolarização.

No polo representado pelo PMDB, PSDB e pelos partidos de esquerda, ocorre uma relação complexa de clivagens que se especificam pelos recursos sociais ostentados pelas biografias e pelas modalidades de entrada na política. Em termos de bases sociais, ocorre uma diferenciação entre PMDB e PSDB – representados, neste polo, por sua associação aos ocupantes de cargos eletivos ou por comissão–, e a esquerda, cujas bases sociais estão ancoradas na

categoria dos outros ou em ocupações mal definidas. O sistema de diferenças constituído se coloca em relação com as modalidades de entrada na política, as quais diferenciam tanto o PMDB e PSDB, quanto estes da esquerda. No entanto, as oposições no interior deste polo são parciais, considerando que uma fração do PMDB se aproxima, por suas modalidades de entrada na política, dos partidos de esquerda. No caso do PMDB e PSDB, a relação global com os ocupantes de cargo eletivo ou por comissão se especifica pela aproximação relativa de ambos os partidos com a entrada na política via relações de parentesco e aliança; mas, ao mesmo tempo, diferencia-se pela associação do PMDB com aqueles cujos trajetos perfazem a atuação partidária, enquanto para o PSDB há uma relação com os que advêm das atividades artísticas, culturais ou esportivas.

As oposições constituídas expressam distintas modalidades de aquisição de capital político, por um lado, as operações de crédito decorrentes da posse de um nome de família ou de um “padrinho”, funcionam como um recurso a mais na legitimação das candidaturas frente aos eleitores e aos concorrentes. O padrão de trajetória que aproxima os ocupantes de cargos eletivos ou por comissão que entram via relações de parentesco ou aliança, representa uma fração dos candidatos do PMDB e do PSDB neste polo; a outra tende a afastar parcialmente estes partidos, aproximando o primeiro da esquerda. Isso ocorre porque tanto para o PMDB quanto para a esquerda é fundamental o ingresso na política através da ocupação prévia de cargos de direção partidária, o que representa uma espécie de capital político delegado. Ao contrário, o PSDB se mantém associado a formas de acumulação de capital político a título pessoal, notadamente dependente da atuação prévia em atividades artísticas, culturais ou esportivas (atletas profissionais, radialistas, apresentadores de televisão). De modo mais geral, portanto, o que separa os candidatos do PMDB e da esquerda que entram via atuação partidária são as categorias socioprofissionais de origem, visto que os últimos estão mais associados aos outros ou em ocupações mal definidas.

Considerações finais

Este texto centrou-se no exame das relações entre recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na política. Como foi possível

demonstrar, o conjunto dessas associações complexas e sobrepostas rompe com perspectivas lineares e coloca em pauta o problema das conexões entre processos macrossociais e a constituição das trajetórias que conduzem às posições dirigentes. Uma das evidências mais gerais aponta para a diferenciação com base na posse diferencial de recursos econômicos e escolares, processos que se conectam às chances de sucesso e às modalidades de entrada e investimento eleitoral. Igualmente, é possível visualizar uma oposição entre setores de atividade que diferencia um polo mais ligado ao “público”, seja através de trajetórias partidárias, do funcionalismo ou da ocupação de cargos eletivos ou por comissão, seja através de relações específicas com o setor privado ancorado em categorias como os agricultores e pecuaristas, e os empresários.

Da mesma forma, ao definir uma população constituída a partir de múltiplos critérios, configura-se uma relação dinâmica entre distintas bases sociais e partidos, aproximando diferencialmente candidatos e colocando em suspenso algumas oposições relacionadas ao espectro político-ideológico. Isso coloca o problema das diferenças entre a estrutura social e a estrutura do espaço de concorrência eleitoral, além de tornar mais dinâmica a lógica própria de configuração dos conflitos políticos e sociais. Se em grande medida, as associações entre partidos políticos e recursos de posição social retomam os achados de uma série de estudos sobre recrutamento político no Brasil (RODRIGUES, 2002; BRAGA et al., 2009; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010; PERISSINOTTO; COSTA; TRIBESS, 2009; CORADINI, 2012), o detalhamento das segmentações internas ao conjunto das categorias socioprofissionais em análise, fortemente associadas às relações que essas estabelecem com os partidos e com os pontos de saída dos trajetos, tende a especificar o conjunto de divisões que compõem o espaço de concorrência eleitoral. Em outros termos, ser empresário no PPB/PP e no PTB, ser agricultor no PMDB e no PT, ou ser trabalhador nos partidos de direita e nos de esquerda significa coisas distintas, elementos que não podem ser apreendidos sem a tomada em conjunto dos múltiplos fatores que impactam na constituição das chances eleitorais, na estrutura do espaço de concorrência eleitoral e nas carreiras políticas.

Além disso, o cruzamento dessas informações com as formas de autoapresentação contidas nos perfis biográficos dos candidatos coloca em pauta a relação entre recursos de posição social e as categorias de percepção e

apreciação que constituem as clivagens políticas. Os princípios de divisão e de estruturação das posições no espaço de concorrência eleitoral estão fundamentados, por um lado, na associação mais direta entre aqueles partidos com bases de recursos sociais que indicam posições mais baixas e as modalidades de entrada associadas à atuação em movimentos sociais e/ou entidades associativas. Por outro lado, há uma relação mais evidente entre partidos com recrutamento mais diretamente centrado em recursos sociais que indicam posições socialmente mais elevadas e as modalidades de entrada via associação da condição ocupacional de origem como base de legitimidade e ingresso na política eleitoral.

Referências

AGRIKOLIANSKY, É. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la LDH. **Politix** – Revue des sciences sociales du politique, n. 27, p. 94-110, 1994.

BORDIGNON, R. R. **Recursos sociais e modalidades de entrada na política**: recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Barcelona: Anagrama, 2003.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2005.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a. p. 163-207.

_____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007b. p. 81-126.

BRAGA, M. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 124-142, 2009.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais e Recrutamento de Elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Categorias Socioprofissionais, Titulação Escolar e Disputas Eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.41, p. 109-122, 2012.

DAMAMME, D. Professionnel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, M (Ed.). **La Profession Politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Éditions Belin, 1999. p. 37-68.

DÉLOYE, Y. Se présenter pour représenter. Enquête sur les professions de foi électorales de 1848. In: OFFERLÉ, M (Ed.). **La Profession Politique: XIX e-XX e siècles**. Paris: Éditions Belin, 1999. p. 231-254.

DESROSIÈRES, A. Entre réalisme métrologique et conventions d'équivalence: les ambiguïtés de la sociologie quantitative. **Genèses**, n. 43, p. 112-127, 2001.

DUVAL, J. L'analyse des correspondances et la construction des champs. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 200, p. 110-123, 2013.

GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique. **Revue française de science politique**, v. 30, n. 1, p. 5-45, 1990.

_____.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. **Les élites socialistes au pouvoir: 1981-1985**. Paris: PUF, 1985. p.105-138.

GRILL, I. G. **Parentesco, redes e partidos: as bases da herança política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2003. 455 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2003.

LACROIX, B. Ordre Politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Dir.). **Traité de Science Politique: L'ordre politique – v. 1**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 469-565.

LAGROYE, J. **Sociologie Politique**. Paris: Presse de Sciences Po Dalloz, 1993.

MERLLIÉ, D. A construção estatística. CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação a prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 107-170.

OFFERLÉ, M. Entrées en politique (Présentation). **Politix – Revue des sciences sociales du politique**, v. 9, n. 35, p. 3-5, 1996.

_____. Professions et profession politique. In: _____. (Ed.). **La Profession Politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Éditions Belin, 1999. p. 7-35, p. 7-35.

ORO, A. P. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 97-109, p. 2003.

PASSERON, J-C. Biographies, flux, itinéraires et trajectoires. **Revue française de sociologie**, v. 31, n. 1, p. 3-22, 1990.

PERISSINOTTO, R; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review**, v. 4 n. 1, p. 10-32, 2010.

_____.; COSTA, L. D.; TRIBESS, C. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 22, p. 280-313, 2009.

PINTO, L. Não multiplicar o indivíduo inutilmente. **Lua Nova**, São Paulo, v. 77, p. 205-225, 2009.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo: Edusp, 2002.

WEBER, M. A política como vocação. In: _____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 97-153.

_____. **Economia e sociedade**, v. 2. Brasília: Editora da UnB, 2004.

Recruitment and Political Career Entrance: legislative candidates in Rio Grande do Sul (1998 – 2006)

Abstract

This work is the result of a previously made research centered on the general problem of the relations between the social space's structure and the political space, and its effects to the chances and modalities of entrance in politics. The proposed analysis is centered on the examination of the relationship between social resources, parties and electoral competition's modality of entrance. The main goal is to apprehend the ways through which oppositions that constitute the electoral competition space are defined. To this end, information collected at TRE-RS were used and confronted to the justification modes when entering the dispute over positions of political representation. The main indications point to an association between social positioning resources, parties and electoral competition's modalities of entrance.

Keywords: Recruitment. Political entrance. Social resources. Parties. Political representation.

Recebido em: 01/08/2016

Aceito em: 23/01/2017

Anexo estatístico

Variáveis e contribuições

	Contribuições (%)			
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Categorias socioprofissionais	33	21,1	33,7	34,2
Escolarização	34	2,9	17,7	20,9
Patrimônio	12,1	18	9,6	4,4
Modalidade de entrada na política	6,6	22,8	26	20,6
Partidos políticos	14,3	35,2	13	19,9
Total	100	100	100	100

Variáveis e modalidades

Variáveis ativas	Modalidades
Categorias socioprofissionais	13
Escolarização	7
Patrimônio	8
Modalidade de entrada na política	11
Partidos políticos	12

Eixos e valores associados

Eixo	Valor próprio	Porcentagem (inércia)	Porcentagem acumulada
1	0,3819	4,34	4,34
2	0,3418	3,88	8,22
3	0,3065	3,48	11,71
4	0,2921	3,32	15,03